O rito na Era Bizantina e a aliança entre o Império e a Religião

Le rite à l'Époque Byzantine et l'alliance entre l'Empire et la religion

Paulo Augusto Tamanini *
Pós-Doutorando em História
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Este artigo versa sobre o rito das celebrações religiosas e profanas que aconteciam na corte imperial bizantina e que mostrava a estreita aliança existente entre a Igreja e o Império. Para tanto busca elucidar o consórcio entre essas instituições e as razões para sua construção através do próprio textos ritualísticos da corte. Foca sua atenção igualmente na pessoa do cerimoniário que era escolhida entre o clero que mais se destacava na corte imperial. Finalmente, tenta demonstrar que, apesar de séculos, a execução dos mesmos ritos nas Igrejas cristãs Orientais presentes no Brasil não se exime de receber considerações acerca de sua legitimidade.

Palavras-Chave: Rito Bizantino; Igrejas cristãs Orientais; Constantinopla.

Résumé

Cet article traite du rite des fêtes religieuses et profanes qui ont eu lieu dans la cour impériale byzantine et montrant l'alliance étroite entre l'Eglise et l'Empire. Cherche donc à élucider le consortium entre ces institutions et les raisons de sa construction à travers les textes très ritualistes de la cour. Met l'accent aussi sur le maître de cérémonie de la personne qui a été choisi parmi le clergé que la plupart se trouvaient dans la cour impériale. Enfin, les tentatives de montrer que, malgré des siècles, l'exécution des mêmes rites dans les Églises orientales chrétiennes présentes au Brésil ne sont pas exemptés de recevoir des considérations à propos de sa légitimité.

Mots-clés: rite byzantin ; les églises chrétiennes orientales; Constantinople.

● **Enviado em: 24/03/2016**
● **Aprovado em: 22/06/2016**

* Professor e Pesquisador do PNPD-CAPES no PPGHIS da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do Comitê Científico da Revista Contraponto do PPGHB (UFPI). Atua na Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades (PPGHIS/UFPR). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013); Mestrado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2010).Curso de Extensão em Teologia Bizantina, pela Θεολογική Σχολή Αγίων Κυρίλλου και Μεθοδίου - Grécia (2001). Especialização em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996). Possui graduação em Filosofia, com habilitação em História, Filosofia e Sociologia pela Fundação Educacional de Brusque (1991). Suas pesquisas versam sobre o Império Bizantino, desdobrado nos temas de sua religião cristã oriental, arte iconográfica; Ensino da História Antiga e Medieval e a Didática com o uso de Imagens iconográficas; Historiografia, método historiográfico e a Educação acerca da Antiguidade e Medievo; imigração dos povos bizantinos-eslavos (ucranianos) para os estados de SC e PR; as igrejas bizantinas Ortodoxa(s) e católicas presente(s) no Brasil.

Introdução

Nos primeiros séculos do cristianismo, época em que a coesão dogmática ainda não se estabelecera de modo definitivo e um fosso profundo separava a elite letrada das massas incultas, havia lugar, no próprio seio da Igreja, para diversas maneiras de interpretar e viver a mensagem cristã. Textos, celebrações religiosas ritualizadas, pregações, cantos e imagens se alternavam na aventura de imprimir no Império Romano cristianizado os fundamentos de uma fé recente, estranha, monoteísta que competia com as anteriormente enraizadas na cultura do império, geralmente politeísta. [1]

Embora houvesse a divulgação de que a Igreja cristã no primeiro milênio vivesse certa unidade, formas de crer antagônicas e modos insubordinados de obediência teológica revertiam e não sustentavam tais discursos. Incapazes de ter acesso à abstração, alguns grupos tendiam a transpor para um registro emotivo os mistérios fundamentais da fé institucionalizada, no Império Romano do Oriente, pelos primeiros hierarcas e senadores do Império, pelos Patriarca e imperador bizantinos.

Os Patriarcas e os Imperadores da primeira Era de Ouro Bizantina (séculos IV-IX), esses agentes de poderes institucionais e obedientes aos rituais de corte e aos protocolos imperiais, constituem-se figuras essenciais para o entendimento do direito e da política em uma época que se respirava as formalidades de corte, ainda mais quando comungavam de uma mesma tarefa: cristianizar todo o império. Na aparente convivência entre esses dois corpos jurídicos das instituições bizantinas, desdobradas em Igreja e Império, escondia-se uma aliança de institucionalidades onde a mútua cooperação, cumplicidade e, por vezes, subordinação, se davam de forma protocolar, exteriorizadas nos diversos rituais e celebrações.[2]

Como lembra Agamben em *Homo Sacer*,[3] pode-se associar a emblemática condição daquele que representa uma instituição às figuras do Patriarca e do Imperador bizantino. Personagens revestidos de sacralidade e de poderes, ambos catalisavam entendimentos e compreensões acerca da vida institucional e organização da Igreja e do Império - esses empreendimentos humanos, mas acreditados como resultantes da vontade divina. Tanto para

1 PERI, Vittorio. *La grande Chiesa bizantina. L'ambito ecclesiale dell'ortodossia*. Itália, Queriniana, 1981.
2 SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
3 AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 2.ed., Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.

o Império quanto para a Igreja, Jesus Cristo era a figura da soberania por excelência, tendo no reino da terra seus representantes. [4]

Daí que a vontade soberana do Imperador e do Patriarca tendia a incorporar uma forma de poder que se alastrava em diversas segmentações da sociedade bizantina, visíveis e sentidas no andamento dos diversos modos de celebração pública. Quando as distinções outorgadas ao Imperador e ao Patriarca eram questionadas por alguém ou por um grupo, os chamados rebeldes e, posteriormente apontados como cismáticos, sofriam as punições previstas nos códigos eclesiásticos e do Estado. Isto porque na compreensão acerca da pessoa do Patriarca e do Imperador pairavam uma imagem construída, definida e balizada sob pretextos teológicos irrevogáveis. Por isso, tornavam-se passíveis de pena os que afrontavam a legitimidade dos soberanos porque questionavam não somente os seus mandos, mas àquele que eles representavam, Jesus Cristo. Decorrente disso, qualquer interrogação a respeito do poder que detinham, expunha a vulnerabilidade da sacralidade da vontade do Patriarca e do Imperador, da prerrogativa de legislar em seu próprio território e do receio de destitui-los do poder divino.[5] Constantino foi o primeiro a tomar iniciativas para punir os hereges com severidade e a convicção segura de que assim deveria ser. E mesmo antes do Concílio de Nicéia e de Constantinopla, alguns expoentes da literatura patrística já argumentavam que eram preciso certo rigorismo contra os heréticos, a recorrer de meios mais persuasivos do que a simples argumentação.[6]

Isto posto, este artigo se atem a delinear a forma do exercício conjugado entre o Império e a Igreja na Era Bizantina e a forma como isto repercutia na formação de uma cultura e nos ritos da corte imperial. Não se trata aqui de expor tão somente princípios religiosos ou dogmáticos, mas analisar o Império e a Igreja protomilenar bizantina como instituições de poder, um empreendimento dotado de historicidade, percurso e lastro documental. Embora os conceitos teológicos não sejam usados como expedientes de divulgação de uma fé ritualizada ou um modo de crer cerimonioso, torna-se importante cercar-se desses saberes cujo suporte às ideias de autoridade e poder são justificados por uma teologia fundante.[7] Porque tanto a Igreja quanto o Estado bizantinos se escoravam na compreensão de um poder comungado entre o *βασιλεύς* e o *επίσκοπος*, o entendimento do rito bizantino que privilegia esses dois expoentes em cerimônias públicas ganha seus fundamentos.

---

4 LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo, UNESP, 2015, pp.18-19.
5 CARCIONE, Philip. *As Igrejas Orientais. Identidade, patrimônio e quadro histórico geral*. San Paolo, Cinisello Balsamo, 1998.
6 FALBEL, Nachman. *Heresias Medievais*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976, p. 14.
7 ZERNOV, Nicholas. *O cristianismo oriental*. Roma, Basic Books, 1962.

1 A figura do Imperador e do Patriarca no Império Bizantino

A história do Império Bizantino não pode limitar-se a um inventário e a uma análise sobre o movimento de cristianização do Império Romano Oriental nas quais se fixaram a experiência e o entendimento da profissão de uma fé. O modo diferenciado de se entender o cristianismo oriental, explica-se pela composição institucional hierarquizada entre o Imperador e seu séquito, os clérigos e religiosos, formulada em códigos escritos, gestos, cantos, representações iconográficas, que passou a ser conhecido como a *Era do Ouro de Bizâncio*, ou a *Era do Bizantinismo.*

Duas personagens em aliança caracterizam a Era Bizantina. O Imperador e o Patriarca (bispo responsável por um importante território imperial), como dois expoentes que governam em rede e em constante geminação. Investidos de um poder sobrenatural pela virtude da sagração, o Patriarca e o Imperador e seus respectivos séquitos, também se consideravam como responsáveis pela salvação do seu povo e pretendiam reger o Império como se regessem estruturas de autoridade pública, centralizadoras e reguladoras. No mundo bizantino, o pertencimento a uma igreja e a um império tornava o cristianismo também uma questão de práticas protocolares exteriores e de obediência a preceitos religiosos de natureza social, onde a capacidade de síntese dos agentes de poder superava toda e qualquer forma de organização precedente no mundo oriental.

Na realidade, nessa época, a fé era considerada, antes de tudo, como um *depositum* que os agentes instituídos de poder tinham o dever de preservar e transmitir - à medida que fossem aprovadas em Concílios- em sua integralidade. Para tanto, o lugar dessa evidência se dava dentro das catedrais em cujos tronos Patriarca e Imperador pontificavam. Assim, o imperador aliançado com o Patriarca reunia e presidia não só cerimônias, como também encabeçava grandes encontros de bispos, os Concílios Ecumênicos, esses *formuladores de verdades* de um cristianismo dogmatizado, sob a égide da titulatura imperial do *βασιλεύς*.[8] A princípio, organizados para decidir pontos de doutrina, os Concílios, por vezes, serviram também para impor a vontade dos soberanos, quando multiplicavam prescrições e exortações sobre a vida social dos clérigos e leigos. Nesse tempo de interferências do imperador, a própria concepção do sacerdócio era fortemente influenciada pelo modelo do serviço cultual.

[8] De etimologia grega, βασιλεύς – *Basileu*s é o título do soberano no Império Bizantino.

Homem de prece e de sacrifício, mais do que de pregação ou de testemunho, o padre bizantino aparecia qual um especialista do sagrado, um ritualista escravo das rubricas criadas pelos manuais de corte, a fim de melhor emparelhar o andamento das liturgias, um *expert* do fluxo celebrativo. Por isso, homem de reza e dos estudos, o clérigo também se distinguia na sociedade pelo conhecimento que tinha dos ritos e das fórmulas eficazes de celebrações dos sacramentos. A reza da Divina Liturgia (o que hoje equipara-se à Missa), do batismo, dos casamentos e, a partir do século XII, das Confissões individuais, anuais e obrigatórias[9], faziam parte de um cotidiano nem sempre desejado por todos os embatinados. Até porque a corte lhes era mais atrativa e vista como um trampolim que poderia elevá-los a postos mais altos na hierarquia. Peritos da precisão, os melhores clérigos eram escolhidos pela corte para serem os cerimoniários oficiais do Patriarca e do Imperador bizantinos. Por causa da possibilidade de ascensão na carreira eclesiástica, a própria evolução do sacramento da ordem traduzia certa tendência de elitização clerical, em que a distinção entre os ministros regulares do culto e os ministros imperiais e patriarcais marcavam fronteiras de enobrecimento. Os privilégios dados aos cerimoniários oficiais da corte bizantina faziam desses sacerdotes personagens separados da maioria clerical e candidatos fortes ao episcopado das mais importantes sedes.[10]

Se o que fornecia a fundamentação do poder imperial, a motivação básica e a justificativa de políticas de mando eram uma forma de redesenho do cristianismo oriental, respingos de privilégios dessa religião ritualizada chegavam aos cerimoniários. O primitivo cristianismo, perseguido e espoliado pelos romanos era aos poucos atenuado, enquanto outro tipo mais faustoso o substituía pelo o de Constantinopla, e que mais tarde, a partir do século XII e XIII, chegara ao apogeu no Ocidente Latino, com Carlos Magno e Bonifácio VIII, papa de Roma.

Reinventado sob o cetro do imperador e as bênçãos e os cajados cravejados de pedras preciosas de seus bispos e hierarcas, o cristianismo protocolar e elitizado ganhava as credenciais para se impor, no Oriente, como um sistema de crenças monoteísta em um Império confessional, enquanto no Ocidente, credenciava a Igreja a ser o *Corpus Christi Juridicum*.[11] Essa identidade fortemente marcada por um único selo de pertença religiosa interpolada a um organograma de Império ganhava ares de enobrecimento pelo desenrolar das celebrações litúrgicas, tanto no Oriente quanto no Ocidente, no período Medieval.

---

9 LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 94.
10 AHRWEILER, H. *L'idéologie politique de l 'Empire byzantin*. Paris, CERT, 1975.
11 KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 128.

O império Romano do Oriente e a Igreja bizantina, na pessoa do Imperador e do Patriarca governavam uma civilização cristã reelaborada, vestida com os apanágios de corte, que procuravam afirmar uma personalidade. A importância da obediência ao Imperador e ao Patriarca da sede Constantinopla era tal que se repercutia nos rituais e, posteriormente à celebração, no cotidiano das famílias, na vida política e social dos fiéis. Os cânones imperiais e eclesiásticos aprovados pelos Concílio de Constantinopla, no ano 381, e pelo Concílio de Calcedônia, no ano 451, chancelavam que, tanto o Imperador quanto o Patriarca eram intérpretes infalíveis das verdades divinas e humanas e por isso desfrutavam das prerrogativas de primazia.[12] Nesse jogo de poderes e arranjos, de cedências e de imposições, de protocolos e rituais, sobressaia a aliança entre ambos.

A concórdia entre o império e a religião cristã fundamentava a civilização e a mentalidade bizantinas, o que contribuía para a concepção de um Estado que era reflexo de uma organização celestial na terra, uma antecipação do Reino dos Céus e uma cópia imperfeita que preparava todos para o Paraíso.[13] Por isso tudo girava em torno do bom preparo e excelente andamento das liturgias, recepções protocolares, celebração de conquistas, casamentos, nascimentos, mortes e festejos imperiais. A dramatização e a teatralização dos acontecimentos faziam robustecer cada vez mais as liturgias pontificais, enaltecedoras das figuras do Imperador e do Patriarca, representantes do Transcendente para os súditos. Os livros litúrgicos e rituais deixavam explícito que, com o consórcio entre Igreja e Império, Constantinopla firmava-se junto com Roma - e, por vezes, disputando com ela alguns privilégios - a distinção de sede primacial do cristianismo. Daí decorre que muitas das concepções políticas da Era Bizantina estavam intimamente ligadas a um sistema de pensamento político com a qual o império e a igreja se confundem. Assim, a visão de um mundo organizado por sedes confessionais, já experimentado no lado Ocidental por Roma, fora reinventado sob nova configuração religiosa.[14]

Parece que quanto maior o número de adeptos a uma ideia, mais improvável será sua contestação. Ao se aprovar ou reprovar enunciados sistematiza-se o conteúdo do que deva ser afirmado, repercutido, ao mesmo tempo na construção de parâmetros para relegar o negado. Em Bizâncio, as palavras do Bispo e do Imperador sentenciavam discursos, falavam ao peso da lei e, por isso, surtiam em efeitos de uma governança aliançada. Tanto os súditos do imperador quanto os fiéis da Igreja misturavam-se em pertencimentos aparentemente duais,

12 FRANCO JR, Hilário. *O império bizantino*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, p. 14
13 *Ibidem*, p. 13.
14 CUROPALATA, Codinus G. *De officiis magnae Ecclesiae et aulae constantinopolitanae.* Venezia, Typographia Bartholomaei Javarina, 1729.

mas peculiarmente uníssono, até porque não se poderia conceber um cristão bizantino sem a anuência às leis imperiais e vice-versa. Fiéis e súditos constituíam-se então, sujeitos do próprio processo de interpolação identitária que subjetivava e reelaborava pertencimentos entre Igreja e Império.

Os ritos mostravam essa aliança, esse consórcio entre instituições que agiam em nome de uma fé cerimoniosa. O espetáculo religioso tinha lugar e tempo certos para a exposição: as Catedrais e o Salão Nobre do Palácio imperial. A entrada solene do imperador, por exemplo, dava-se junto com a do Patriarca. Nas catedrais, o Patriarca ocupava o trono do lado direito estando a sua frente o do Imperador. No Palácio, o trono do imperador estava à frente de todos enquanto o lugar de distinção do Patriarca era a sua esquerda. Após a entronização do Imperador e do Patriarca, os clérigos se aproximavam de ambos para beijar-lhes as mãos. Sem levantar a cabeça, se aproximavam em dupla do Patriarca, inclinavam-se e prostravam-se até o chão para, em seguida, fazer o mesmo com o Imperador.

O tempo também era um fator que contava para manifestar majestaticamente a visibilidade da vontade de Deus nas pessoas dos soberanos. Os calendários da Era bizantina em nada se assemelhavam aos de hoje. Não eram divididos e subdivididos em anos, meses e dias e não obedeciam uma sequência linear da contagem do tempo. Eram cíclicos, espiralados, oscilantes e repetitivos. Os grandes ciclos da colheita, da plantação, da semeadura ditavam os grandes períodos de festejos, de trabalho, de descanso; e nesse aspecto a religião, com suas homenagens aos deuses pagãos, também contribuía.[15] Com a Era bizantina, o calendário religioso, reconfigurado das premissas desse inventário de devoções estranhas ao cristianismo, ganhava santos e intenções da nova fé que reelaboravam as datas. Nas mais importantes, como Natal e Páscoa, o Patriarca e o Imperador compareciam; nas demais, somente em circunstâncias que lhes interessavam.

2 O Império Bizantino e os outros legados

O termo *Bizantino* foi cunhado pelo historiador humanista alemão Hieronimus Wolf (1518-1580) para distinguir o Império Romano ocidental daquele governado no Oriente em Bizâncio ou Constantinopla. Para além dos ritos de cunho eclesiástico, a era bizantina deixou contribuições para a cultura oriental, e que chegaram ao Ocidente onde fixaram-se também nos modos de percepção e de sentir e viver o cristianismo.

15 FRANCO, Jr., Hilário. *O ano 1000. Tempo de medo ou de esperança?* São Paulo, Cia das Letras, 1999, p. 9.

Raymond Anin, em um estudo atento sobre Constantino, o Grande (306- 337) afirma que o imperador, em 324, escolheu Bizâncio, no Bósforo, para ser o local da nova capital do Império. Não era apenas um novo lugar, mas a oportunidade de dar feições novas a um modelo de império já experimentado e desgastado em Roma, necessitado de revisões e ajustes. Assim, em 330, com a transferência do Senado e da corte imperial de Roma para Bizâncio, e com a mudança do nome da cidade para Constantinopla (Κωνσταντινούπολα- a *pólis* ou a cidade de Constantino), a capital do Império Romano no Ocidente cada vez mais distanciava-se do centro das atenções políticas, e, por isso, relegada a uma segunda importância. Constantino, que soube captar fatores propiciatórios da implantação da nova capital do Império no Oriente, apreendeu igualmente o momento certo para alavancar e concretizar as perspectivas de mudança no modo de gerir e no modo de assegurar o Império dos possíveis ataques inimigos. Isso porque geograficamente Bizâncio estava situada em uma junção da Europa e Ásia, para onde confluíam rotas comerciais do Oriente e do Mediterrâneo; militarmente, também era a região propícia para melhor proteger dos persas as províncias romanas do Egito, a Terra Santa, Síria e os Balcãs.[16]

Por ser o primeiro imperador do Império Romano no Oriente, Constantino tinha a seu favor a falta de modelos prontos de governança do Oriente cristianizado. Ele tornava-se então protagonista de um tipo de gerenciamento imperial cujas fórmulas, limites e expansão eram delimitadas por ele mesmo. Se as vicissitudes e a taxativa decisão de rejeitar o modelo anterior praticado na Roma Ocidental e um espaço geográfico adequado indicavam a iminente oportunidade de mudança, faltava-lhe ainda um acontecimento simbólico, um fato justificante e plausível que pudesse lhe assegurar perenidade.

Na Batalha da Ponte Mílvia, em 312, ao derrotar o imperador *Marcus Maxêncio* (278-312), aquele que era seu impedimento para pôr em prática suas aspirações, fez da divulgada visão da Cruz de Cristo no céu, seu baluarte e asseveração de seus propósitos. Em 313, expondo à exaustão a assistência divina que tinha recebido, fez do cristianismo uma religião legal no Império. Em consequência disso, sob seu governo e de seus sucessores várias igrejas foram construídas, em locais sagrados para os cristãos, incluindo a igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém (erguida no local onde Cristo teria sido crucificado) e a Igreja de São Pedro, em Roma, construída sobre o cemitério, fora dos muros da cidade, onde o apóstolo teria sido enterrado. Pensou a Catedral *Ἁγια Σοφία* (Santa Sabedoria), erguida no coração de Constantinopla, entre o palácio imperial e o Senado, concluída por Justiniano. Com isso,

16 ANIN, R. *Constantinople byzantine. Développement urbain et répertoire topographique*. Paris, Institut Français d'Études Byzantines, 1951.

lentamente e a despeito de alguma resistência - como a do Imperador Juliano, o Apóstata (361-363)-, os deuses da antiguidade pagã eram destronados e substituídos pelo Deus cristão, com o séquito de seus mártires e santos de devoção.[17]

No final no século IV, no entanto, o cristianismo já era a religião oficial do Império. Mais e mais objetos ricamente decorados com imagens cristãs eram cunhadas, tanto para uso eclesiástico como para o da corte. Mesmo com o triunfo do cristianismo, a elite educada em Bizâncio continuava a invocar o direito romano de se manter um Estado altamente organizado, centrado em suas grandes cidades e apoiado pela riqueza e densa população dos territórios orientais.

Constantino também via no idioma um forte fator de aglutinação de massas e marca indelével de mudança. Por isso, alterou o idioma oficial do Império: do latim para o grego. Desde então, as cartas, os convites, os atos, as escritas ganhavam outra grafia e sintaxe. A cultura grega aos poucos ia se impondo, especialmente na literatura e nas artes visuais, pela iconografia e gravuras que, ora exaltavam a figura do Imperador, ora as verdades instituídas na nova fé cristã aderida. Somados à arte de iconografar e fazer mosaicos, outros saberes eram estimulados. As escolas passavam a ensinar filosofia, literatura clássica e História. Em meados do século VI, o imperador Justiniano I, recuperava as antigas terras romanas no Ocidente e Ravenna tornava-se centro de comércio e de negócios de grande prestígio. As tradições artísticas do Império Bizantino floresciam gradativamente, cooptando das terras conquistadas as inspirações artísticas não só religiosas mas também as de outras áreas.

Os rizomas do Império Bizantino alcançavam também o Egito. Enquanto fornecia muito do grão que alimentava as cidades do novo Império, tecia o mais fino linho para as indumentárias imperiais e assegurava o porfírio, o mais cobiçado mármore extraído próximo ao Nilo, para a feitura de bustos e imagens do santoral cristão. Outra cidade alcançada por Bizâncio era a Alexandria, na foz do Nilo, que se tornava um recanto e polo da religião abraçada pelo Império. Paulatinamente, a cidade configurava-se um dos cinco grandes centros da Igreja cristã (os outros eram Roma, Constantinopla, Antioquia e Jerusalém). Das terras banhadas pelo Nilo, nasciam os homens como Santo Antônio, o Grande que experimentavam a vida ascética e contemplativa, fonte do monaquismo cristão. Nascido no Egito, São Pacômio, por exemplo, escreveu as primeiras regras para a vida em comunidade. Em 451, debates teológicos divergentes acerca da natureza de Cristo (humana e divina) no Concílio de

17 OSTROGORSKY G. *Storia dell'impero bizantino*. Torino, Einaude, 2005.

Calcedônia levaram a Igreja cristã do Egito a separar-se de Constantinopla, passando a ser conhecida, a partir do século VII, por Igreja Copta.[18]

Com base nos códigos romanos, Bizâncio deixava também para o mundo algumas de suas novidades que extrapolavam os marcos temporais do Medievo e na Contemporaneidade. A *Corpus Juris Civilis*, jurisprudência aos moldes bizantinos, criada durante o reinado do imperador Justiniano (483-565) se perpetuou e serviu de base para a criação das diversas legislações em países ocidentais; o sistema de ensino superior a partir do século V, o sistema financeiro, a diplomacia moderna, com seus princípios básicos, regras de conduta e etiqueta, a engenharia e arquitetura, formavam um corpo de novidades aproveitado por muitos impérios e governos. O período longevo do Império Bizantino e a abrangência de seu território são uma nota igualmente a ser considerada. Durante mais de um milênio manteve relações política, econômica, diplomática, religiosa, eclesiástica e cultural com o sudeste europeu e balcânico, como a parte eslava.[19] Durante seu auge, Bizâncio foi a casa de um sexto de toda a população mundial. O império se estendia desde Gibraltar até o Eufrates e Arábia. Abrangeu os territórios da Grécia moderna e da Turquia, Israel e Egito, Bulgária, Sérvia e Albânia, Tunísia, Argélia e Marrocos, parte da Itália, Espanha e Portugal.[20]

Falar do Império Bizantino não se restringe somente discorrer ou catalogar a herança cultural religiosa expressa em ritos e celebrações. É também, como se viu, evidenciar contribuições em diversas áreas e que, por mais que fujam do campo devocional, podem explicar o porquê de o imperador exigir um lugar de destaque nos momentos celebrativos de corte. Acreditava-se que sem a *bênção* do Imperador a Igreja cristã teria outros rumos, a jurisprudência e a arte, a educação e a economia traçariam caminhos diferentes. Talvez resida nessa compreensão os fundamentos de se encontrar nos rituais das celebrações bizantinas tantas reverências ao βασιλεύς tanto quanto ao *επίσκοπος.*

Essa dupla deferência aos expoentes do Império e da Igreja foi introduzida no decorrer da compilação da liturgia bizantina. Logo, a liturgia bizantina não é fruto da inspiração de um só autor e de um só tempo, mas da somatória de muitos ajustes e criações que foram pensadas de forma gradual e articulada aos longos dos primeiros séculos do cristianismo oriental. A liturgia, esse compósito misto de enaltecimento das coisas de Deus e das do Imperador,

18 FORTINO E. F. *L'iniziazione cristiana nella Chiesa Bizantina*. Besa, Roma, 1985.

19 TAVEIRA, C. Da primeira à terceira Roma: considerações acerca do papel de Bizâncio na sucessão histórica e geopolítica de centros de poder imperial. In: GONÇALVES, A. L; ARAUJO, V. L. de (Orgs.). *Estado, Região e Sociedade: contribuições sobre história social e política*. Belo Horizonte, Argumentam, 2007, pp. 159-171.

20 PARENTI S. - VELKOVSKA E. *Mille anni di rito greco alle porte di Roma*. Grottaferrata, Itália, Monastero italo-bizantino di Grottaferrata, 2004.

tornava-se ato social comunitário, oportunidade de afirmação de um consórcio muito bem orquestrado e que deveria ser imitado por todos, uma vez que ela representava e encenava a ordem e o ritmo do universo em comunhão.[21] Também a liturgia era o ponto de convergência de muitas inspirações; era o foco que integrava manifestações da cultura bizantina mas conformadas pela influência de uma fé abraçada pelo Imperador cujas interferências e legados no ato de isso mostrar de forma sobejamente ritualizada não se faziam de rogadas.

3 Da segunda Era do Império Bizantino aos ritos na contemporaneidade

Em 843 aqueles que lutavam em favor do uso das imagens religiosas como veículo de veneração às coisas de Deus finalmente prevaleceram frente aos iconoclastas. No século IX, a abundância de ícones era tão expressiva quanto o número de suas variantes: havia ícones escritos nas paredes das casas, das igrejas, das universidades; peças de marfim, de prata e de ouro aplicadas sobre madeira pontificavam o grau de importância daquele objeto de devoção. Mosaicos de minúsculas pedras preciosas desenhavam o rosto de personagens dos Evangelhos ou davam vida às cenas descritas nesses textos e que preenchiam as coroas do imperador ou as do patriarca, ou imensas paredes ou cúpulas de construções altiplanas. O reavivamento da economia ajudava a criar uma atmosfera favorável em que o esplendor da arte iconográfica reverberava o lustre com que grandes mentes auxiliavam a manter o império bizantino em sua plena maturidade, como uma potência política. Os braços do império naquele agora abraçavam também Kiev e as cidades da grande Rus que, desde o século X, quis abraçar a mesma fé de Constantinopla: a bizantina.

A multiétnica cultura de Bizâncio não só influenciava as artes de outras nações, como também absorvia para si alguns de seus contornos, métodos e expressões. Sob o imperador Basílio II (976-1025), a segunda era de ouro de Bizâncio atingiu o seu apogeu; territórios do império incluíam muito da Armênia, no leste, e da Bulgária para o nordeste. Estendendo sua influência para o norte, para os eslavos, através dos missionários enviados a partir de Constantinopla, os filósofos Cirilo e Metódio realizavam as primeiras traduções de textos litúrgicos em grego para o novo idioma eslavo. Nesse período, em contrapartida, as tensões religiosas e políticas entre Constantinopla e Roma se tornavam cada vez mais complexas. Em 1054 os anátemas proclamados entre o Patriarca Miguel I de Constantinopla (Miguel Cerulário) e o Papa Leão IX, irrompeu-se o Grande Cisma entre o Oriente Bizantino e o

[21] DAWSON, Chistopher. *A formação da cristandade. Das origens na tradição judaico-cristã à ascensão e queda da unidade medieval.* São Paulo, Realizações Editora, 2014, p. 231.

Ocidente Latino. Ainda que em 1964, o Papa Paulo VI e o Patriarca Athenagoras suspendessem os anátemas, selando rivalidades com um abraço da paz, ainda as duas igrejas não vivem em comunhão canônica por questões teológicas agudas.[22]

Mesmo com a cristandade dividida, Oriente e Ocidente reivindicavam para si a exclusividade do cristianismo legítimo enquanto hostilizavam, rejeitavam, condenavam quem não estivesse em comunhão com os princípios e normas da *Εκκλησία*. Parecia então fazer parte da cultura religiosa cristã oriental e ocidental, sustentar e conservar alguns dos distintivos e dos símbolos que identificava a Igreja com uma ideologia imperial sacralizada, perceptíveis nos entremeios da celebração dos muitos ritos que abarcavam a tradição litúrgica bizantina e latina. Afora seu conceito especificamente litúrgico, em sua natureza funcional, o rito não se referia tão somente ao culto divino, preocupando-se em legitimar e sacramentalizar uma aliança do império com a igreja. Na corte do império romano do Oriente, onde imperadores e patriarcas distinguiam-se dos demais bispos e príncipes, o rito tinha papel determinante de se fazer impor uma imagem de alianças, em veicular um poder acordado entre duas instituições, deixando muito explícito quem eram seus legatários. Logo, compreende-se que o rito ganhava naturezas, sentidos e estava susceptível às hermenêuticas de seu uso, por isso, manipulável.[23]

Agamben, analisando o fundamento jurídico do caráter litúrgico que unia a celebração religiosa cristã dos primeiros dez séculos ao mundo pagão, encontrou na etimologia da palavra 'liturgia' (λιτον + έργον) o significado de uma prestação pública de um serviço que se contrapunha ao privado.[24] Assim, no tocante às cerimônias religiosas, o rito para a igreja pareceu condensar objetivos para além do mundano ao executar um serviço para Deus, por isso, litúrgico. Se a palavra liturgia, de etimologia grega anteriormente remetia à ideia de função pública de interesse igualmente público[25], com a instituição de regimes de crença, ganhou atribuição devocional passando a designar o serviço que previa oferendas e sacrifícios aos deuses do império romano.[26] Já com o cristianismo, os serviços litúrgicos executados nas comunidades recentes revestiam-se aos poucos de uma significação alheia àquela da comilança e dos sacrifícios cruentos, passando a configurar a formalidade de um convite à

22 TAMANINI, Paulo Augusto. Ortodoxia, catolicismo e unidade no contexto do Vaticano II. *Cultura Teológica. Revista de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Ano XXIII, n. 85 Jan/Jun 2015.

23 TAFT R. F. *La Liturgia delle Ore In Oriente e in Occidente. Le origini dell'Ufficio divino e il suo significato oggi*. Roma, Ed. Lipa, 2001.

24 AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 2.ed. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002, p. 193.

25 MORINI, Enrico. *Os ortodoxos: o Oriente do Ocidente*. São Paulo, Paulinas, 2005, p. 45.

26 BINNS, John. *Las Iglesias del Oriente.* Madri, Ediciones Akal, 2009, p. 12.

participação na Ceia do Senhor, como advertiu o apóstolo Paulo à recém-fundada comunidade cristã grega de Corinto, na Grécia:

> Não aprovo vossas assembleias que causam mais prejuízo que proveito. Desde modo quando vos reunis já não é para comer a Ceia do Senhor, porque mal pondes a mesa, e cada um toma antecipadamente a sua própria ceia; e assim um tem fome e outro se embriaga. Não tendes porventura casas para comer e para beber? Ou desprezais a igreja de Deus, e envergonhais os que nada têm? Que vos direi? Louvar-vos-ei? Nisto não vos louvo.[27]

A advertência do apóstolo acerca da inconveniência de fazer do encontro em que cristãos rememoravam a Ceia do Senhor um lugar só de satisfação do estômago, para além de uma primária catequização, demonstrava a necessidade da instituição de regras de comportamento. Lembrar-se da instituição da Eucaristia significava então ritualizar os procedimentos de boa conduta ao redor de uma mesa cuja finalidade era a saciedade espiritual e não somente a do corpo. Para tanto, era prudente que se estabelecessem limites, modos de comportamento e de posturas e que se anulassem as atitudes de desvios àqueles propósitos. A partir de então, a rememoração da Ceia do Senhor no cristianismo bizantino passou a ser produzida, padronizada e pensada como um evento comunitário e principesco que, no percurso de montagem de estruturas celebrativas, ganhava expressão, forma, rigor, solenidade e enobrecimento, angariando o pomposo nome de rito litúrgico.

Buscando os fios que teceram a trama e a feitura do rito bizantino, observa-se que o consórcio entre império e igreja, em cada porção do Oriente e do Ocidente cristãos, influenciou a organização e a compilação de leis, de estrutura hierárquica e das formas de culto que passaram então a ser mais estáveis e regulamentadas. Somente a partir do século IV, houve certa preocupação em unificar as formas de celebração litúrgica em torno de um fim, para além do da adoração e da contemplação à divindade, transferindo um pouco das reverências aos expoentes de cada porção do cristianismo oriental e ocidental. Porque o período que vai do século IV ao XV representa na igreja do Oriente um tempo de intenso dinamismo teológico, a suntuosidade litúrgica bizantina, para além de espelhar o modo do se *saber-viver* a corte, refletia, ao mesmo tempo o controle e a formação disciplinada do comportamento de um modo de se relacionar com o sagrado. Se a "igreja revelou-se como tantas vezes ocorreu, um dos mais importantes órgãos de difusão de estilos de comportamento" desde as primícias do cristianismo até chegar às civilizações europeias,

[27] Cf. I. Cor. 11, 17-22. In: *Bíblia Septuaginta*. Lisboa, Porto Edição, 2001.

sobretudo à França[28], a complexidade e a ritualização das cerimônias religiosas não poderiam ter outro destino.

O apogeu litúrgico, preso às redomas, às prescrições de rubricas e em suas poucas variantes, manifestava como a religiosidade de tradição bizantina encontra ainda hoje uma brecha para se expor, encarnando-se em movimentos ritmados, em gestos e respostas síncronas, que vinham à vida e organizavam um mundo circundante de lembranças e esquecimentos. O rito religioso torna-se então um material documental em que se podem perceber mensagens identificatórias gestadas por acordos e que são ao mesmo tempo origem de recordações, reconstruções, apagamento ou sublinhamento com tons fortes de algo que marcou a memória. Se a identidade religiosa também é definida e depende do modo como é recebida[29], o rito catalisava os partidários dessa expressão de fé não mais individualizada, mas coletiva, deixando revelar uma forma de apreensão do mundo milimetricamente delimitado por realismo litúrgico que beirava, por vezes, ao nostálgico mundo do ontem.

Conclusão

Para se compreender o atual rito litúrgico das Igrejas bizantinas foi preciso traçar o caminho de volta e buscar no passado as razões de sua construção. A forma padronizada da celebração bizantina ainda sobrevive ao tempo e ancora-se junto às famílias que ainda professam esta fé. E, se em cada domingo ou dia de festa, os ritos religiosos exibem, com mais ou menos fulguração, o resultado de uma aliança entre o sagrado e o profano celebrados no passado nos palácios, hoje, são nas naves das catedrais que manifestam sua eternidade.[30]

Por rito bizantino entende-se o conjunto de práticas, textos, formação litúrgica, tradições espiritualidade, teologia, que informam o modo de ser cristãos de uma porção ou de uma fração dos fiéis cristãos. A variedade de ritos em uso em igrejas cristãs é derivada da cristalização da diversidade cultural onde o cristianismo se instituía como religião, nas igrejas, catedrais, basílicas e oratórios.

Se no interior das catedrais bizantinas, o espaço religioso organizava, dispunha e preparava os meios para se celebrar coletivamente, o rito colaborava para que se fizesse de forma mais elaborada, não tendo como preocupação primeira escandir como os eventos litúrgicos eram sentidos, mas como era espetacularizada uma fé ou uma crença. Porque a

28 BINNS, John. *Las Iglesias del Oriente*. Madri, Ediciones Akal, 2009, p. 111.
29 PRANDI, R. PIERUCCI, F. *A realidade das religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 39.
30 RIBICHINI, Sérgio. Sulle tracce del mito. Dei ed eroi greci, tra archeologia e storia delle religioni. IN.: **Archeo**, n. 226, Abril 2007. Roma, Itália.

percepção de mundo conglomerado pelo Império e pela Igreja, com suas derivações de sentido, é de natureza individual e pessoal, paradoxalmente, o encontro simbólico de apreensões produzido pela magistralidade de um protocolo seguido à risca em um mesmo espaço, onde se aglomeram muitos espectadores, é coletivo. Os ritos produziam então, lógicas devocionais coletivas por onde orbitavam formas de amostragem de uma fé talhada pelas minucias dos rituais, trazidas à vida pelo gigantismo das pompas de corte, pela elucubração de gestos e palavras selecionadas.

Atualmente, a despeito do Império ter sido nocauteado pelos otomanos, a cultura litúrgica bizantina ainda permanece graças à sobrevida do cristianismo de vertente ortodoxa.[31] Não ficou esquecida na Idade Média ou no interior dos manuais presos às estantes de bibliotecas de inúmeros Centros de Pesquisa. Ainda se impõe nas Igrejas Ortodoxas e, a partir do século XV nas Católicas de Rito Oriental,[32] deixando sobressair uma releitura daquilo que um dia fora espetacularizado com tanta envergadura. Nas paredes das igrejas repletas de ícones, nos paramentos dos clérigos, na arquitetura das construções das capelas e templos a cultura imagética bizantina ainda pulsa. Os bispos com suas coroas, báculo, cruzes, *elgopion* (medalhão com a imagem de Cristo ou de *Θεοτόκος*), capa magna, *triquirion* e *diquirion* (castiçal com três velas na mão esquerda e com duas velas na direita) demonstram a forma como o cristianismo fora entendido, experimentado e assimilado.[33]

Por vezes, órfãos de se saber dos porquês da permanência de tanta suntuosidade principesca nas cerimônias e nos paramentos bizantinos, muitos cristãos ocidentais não compreendem que na inalterabilidade dos costumes subjaz a resistência de sobrevida de modos ritualizados e cerimoniosos que procuram enaltecer Deus em sua grandeza.[34] Da mesma forma, embriagados pelo simbólico, muitos fieis de tradição bizantina ainda que sintam certo distanciamento entre o cotidiano e o estupor dos faustos celebrativos em cena, procuram se manter em seus pertencimentos, sem que não escapem, vez por outras, algumas interrogações que se faziam notar mais por uma incômoda inadequação do que pela imponência. Os rumores e asseverações por vezes partem dos que observam a falta de justeza entre o que se celebra de forma tão protocolar com uma realidade cotidiana cheia de contradições. Talvez para uma melhor compreensão seja preciso olhar para a História, fazer

31 MEYENDORFF, Jean. *L'Église Orthodoxe*. Paris, Seuil, 1995.

32 TAMANINI, Paulo Augusto. Conhecendo o cristianismo Oriental: as Igrejas Ortodoxas e Católicas Orientais presentes no Brasil a partir do século XIX.. In: *Anais do IV Simpósio do GT História das Religiões e Religiosidades da ANPUH.* Joinville: Univille, 2015. v. 5. p. 126-142.

33 POUDERON, Bernard; DUVAL, Yves-Marie. *L'historiographie de l'Église des premiers siècles*. Paris, Beauchesne Éditeur, 2012.

34 ZERNOV, Nicholas. *O cristianismo oriental*. Roma, Basic Books, 1962.

liames entre marcos temporais procurando distinguir a mentalidade de cada época, para instruir-se das razões que justificaram seu nascimento e compreender sobre a permanência de culturas tão protocolares.